

Entrevista com **Mariana de Araújo Fiore** (CRP 05/35050), psicóloga, professora e colaboradora da Comissão de Educação do CRP-RJ.

1) O que significa falar em educação inclusiva?

Atualmente, falar de educação inclusiva pode significar falar de qualquer coisa que remeta a inclusão e exclusão de sujeitos no ambiente escolar/educacional, exatamente porque não existe um consenso em relação a esse termo. Também não existem políticas que se entendam a respeito do que se chama educação inclusiva. É um termo extremamente subjetivo, agregando entendimentos do senso comum e com muito pouca sistematização conceitual. Dessa forma nos localizamos no cerne do debate que tenta delimitar o que se entende hoje por educação inclusiva. Podemos contribuir no sentido oposto de definir o que ela seja, mas sim no sentido de desconstruir um termo que precisa da exclusão para se afirmar, ou seja, não existe inclusão, se não pressupormos exclusão. A educação durante anos vive na sustentação de paradigmas muito antagônicos que perpetuam discussões quase infindas. Como exemplo, podemos falar das inúmeras discussões sobre o fracasso escolar. Ora, se não vivêssemos em uma sociedade onde o paradigma fortalecido é o do sucesso, não existiria necessidade de se discutir o fracasso. Assim também ocorre com a inclusão. Se a escola fosse realmente espaço de todos e democrática, ou seja, onde todos tivessem iguais condições de acesso e permanência, não estaríamos falando de inclusão hoje. E isso não é realidade apenas da escola pública.

Entretanto, poderíamos optar por falar então de exclusão, o que também sustentaria a mesma busca pela igualdade de condições. Portanto, discutir inclusão, no meu entendimento, passa por falar de diferença. Não existem igualdades de condições porque entendemos que o Estado democrático é desigual, é composto e produtor de desigualdades político e sociais. E na medida em que produz diferenças, entendemos que nada está fora do campo social, tudo esta incluído mas a partir de manifestações diferentes, subjetivas e peculiares. A pergunta que me ocorre é de outra ordem: existe desejo para trabalhar com a heterogeneidade?

2) Quando se fala em educação inclusiva, há um pressuposto de que, hoje, a educação se dá de forma exclusiva? Como você vê essa questão?

Acho essa pergunta fantástica porque o nosso trabalho de psicólogo é justamente esse, ouvir a hipótese que antecede a pergunta. E se falamos de educação inclusiva é porque enfim, admitimos que a escola enquanto instituição disciplinar, não foi feita para incluir ninguém. Há um pressuposto de que a educação tem sido exclusiva. Para quem? Ouvir essas perguntas nos possibilita construir outras muito reveladoras. Particularmente não gosto nem um pouco desse nome Educação Inclusiva. Se pensarmos historicamente diferentes segmentos já foram excluídos da escola, sempre houveram excluídos, os filhos de escravos, as mulheres... E porque só hoje se fala de educação inclusiva? Me parece um termo extremamente associado à patologia, à deficiência. Me preocupa a quantidade de diagnósticos sendo produzidos em série e levando à medicalização de crianças. Em 2005, escrevi um artigo intitulado “Medicalização do Corpo na Infância: considerações acerca do Transtorno do déficit de atenção e hiperatividade” porque estava inquieta com a tarefa de ter que lembrar o horário do remédio (tarja preta), que deveria ser dado para uma criança na escola. Tudo isso esta sendo absolutamente

banalizado nos dias de hoje. Recebemos na escola infintos questionários nos perguntando do comportamento, da atenção e do agito das crianças, para dar suporte a diagnósticos. Os psicólogos e psiquiatras que sustentam esse discurso médico, que atravessa cada vez mais a educação, continuam sentados em seus consultórios recebendo demandas sem problematização e atuando como normatizadores de conduta. Poucos agenciamentos coletivos são construídos no espaço da escola e às vezes os conflitos são menores do que imaginamos. Se levarmos em conta que o capitalismo gera desigualdades sempre, a educação, diferentemente da escola, já é inclusão social, então temos que trabalhar na desigualdade, na diferença. Mas isso dá trabalho. Requer escuta, olhar pro outro, aprendizado, troca e tempo. E isso anda em falta em um mundo da produtividade a qualquer preço! Mas como estamos vendo, todos os dias nos jornais diante da tão falada crise atual, produtividade a qualquer preço gera colapso.

3) Quais políticas práticas têm sido construídas nesse sentido de inclusão? Quais os efeitos dessas políticas dentro das escolas?

A idéia de Educação Inclusiva esta, hoje, vinculada as ações em educação especial. Desde a “Declaração de Salamanca sobre Princípios, Política e Prática em Educação Especial” (UNESCO, 1994) se discute isso com mais ênfase. O Conselho Estadual de Educação no uso de suas atribuições normativas traçou as normas para a Educação Especial, que hoje não é mais realizada separadamente do ensino regular. Isso significa que as crianças com necessidades especiais passaram a frequentar o mesmo espaço escolar das com necessidades ditas “não tão especiais”. Nesse documento, considera “a heterogeneidade do alunado, a busca por modos mais eficientes de ensinar, uma educação mais justa e mais democrática, a Declaração dos Direitos Humanos, e que a construção de uma sociedade inclusiva é um processo de fundamental importância para o desenvolvimento e manutenção de um Estado democrático.”

No entanto, me incomoda muito que exista um pressuposto de que todos os seres que vão ler esse documento entendam a mesma coisa em relação ao que é “modos mais eficientes de ensinar”. A própria escrita do documento remete a uma idéia que não contempla a diferença. Cada um entende como quer, porque não se tem um posicionamento claro em relação ao que o Conselho entende como por exemplo “educação justa”. Para mim isso pode ser qualquer coisa. Mas, de fato, produz efeito para o campo da educação na medida em que essa deliberação nº 291/04 (Conselho Estadual de Educação), estabelece as normas para a Educação Especial na Educação Básica, em todas as suas etapas e modalidades, no Sistema de Ensino do Estado do Rio de Janeiro, trazendo uma nova demanda para os profissionais de educação em geral. Corpo docente, direção, e o próprio corpo discente estão se deparando com novas exigências na abordagem da diferença. Os professores se sentem pouco informados e incapazes de trabalhar com uma demanda nova, argumentam não possuir especialização, dizem não saber lidar, entendem que com isso agregam mais trabalho e este por sua vez, não é remunerado. Acontecem coisas interessantes quando o professor, sujeito acostumado com o saber, se depara efetivamente com o lugar radical do não saber. Aquele lugar onde não bastam “formações”, congressos, palestras. O lugar do não saber sobre o outro, da diferença, de si, extremamente assustador, esse lugar põe em xeque o lugar do professor que acreditava firmemente, que quando não soubesse a resposta de uma pergunta bastava pesquisar, informar-se.

Nessa perspectiva, só restam dois caminhos: ou os professores buscam alternativas de capacitação formais ou convocam os “doutores do saber”. Muitos professores realmente angustiados se perguntam diariamente como lidar com essa diferença em seu espaço. No entanto, muitos são os impasses vivenciados pelos mais diferentes atores no campo da educação. A cultura da “culpa” permeia ora a escola, a criança, a família, os especialistas, o medicamento, a sociedade, as novas leis... Pouco se escuta o discurso que atravessa todas essas esferas e que prescinde de culpados para se afirmar.

4) Que grupos estariam contemplados na idéia de educação inclusiva?

Segundo a Declaração de Salamanca, são as “crianças com deficiência e crianças bem dotadas; crianças que vivem nas ruas e que trabalham; crianças de populações distantes ou nômades; crianças de minorias lingüísticas, étnicas ou culturais e crianças de outros grupos ou zonas desfavorecidos ou marginalizados.” (UNESCO,1994). Segundo o Conselho Estadual de Educação (deliberação nº 291/04) são considerados casos de inclusão quem tem limitações no processo de desenvolvimento, ou dificuldades acentuadas na aprendizagem; dificuldades de comunicação e sinalização; altas habilidades / superdotação. No início de 2008 foi produzido outro documento “Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva” (disponível no site: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf>) que define esse grupo como sendo aqueles que apresentam deficiência, transtorno do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

5) Qual o papel da Psicologia nesse processo?

Nós que trabalhamos com a singularidade e a diferença não podemos nos aprisionar nesse modelo de “especial” e tentar encaixar, como vemos usualmente, novos rótulos à mesma antiga padronização, como: TDAH, bullying, crianças índigo, e tantos outros. A psicologia deve estar produzindo conhecimento nesse campo, problematizando e desconstruindo práticas já tão naturalizadas. Como campo de atuação precisa afirmar práticas e conhecer o cotidiano escolar, ao invés de fazer clínica na escola e se utilizar de uma dimensão individualista da subjetividade para culpabilizar professor, família, ou aluno.

6) Como psicólogo e professor podem trabalhar juntos na construção dessa inclusão?

Acontece que historicamente o psicólogo desempenhou um lugar desastroso na educação. Lugar tal que deixou marcas e que até hoje influencia em uma certa “aura de psicólogos” e de “psicologizações várias” que incidem sobre esse espaço escolar. Eles podem vir da família, dos professores, da orientação educacional e do psicólogo. Podemos exemplificar nas máximas: “o aluno não aprende porque seus pais se separaram”, “tudo isso acontece porque a família é desestruturada”. Uma série de premissas derivativas de qualquer possibilidade potencializadora da diferença, cárceres privados, padrões, delimitações baratas, mas que marcam. Isso traz uma dimensão da psicologia que busca o problema no indivíduo justificando o que acontece na instituição, no campo social, e nas relações como algo fruto de características essencialmente individuais. Cabe ao psicólogo, que atua na escola, sair da sua sala climatizada chamada consultório, estar na escola, entender a dinâmica coletiva desse espaço, oferecer escuta, potencializar as diferenças, perceber as relações, provocar

questões, ele deve estar aonde se produz o problema, o conflito. Cabe a ele construir estratégias que possibilitem intervir na produção de dificuldade, de incapacidade, de repetência, de medicalização. Vivemos hoje uma era de crianças e adultos altamente medicados e, na escola, a busca por especialistas se tornou um lugar comum. Por isso é importante afirmar que educação e psicologia não devem ser dois campos que se fundem, mas sim que se diferenciam e que contam com suas limitações para serem o que são. Portanto é competência do professor buscar estratégias pedagógicas, avaliar, desestabilizar hipóteses relacionadas a forma de conhecer e aprender de seus alunos, criar situações instigantes em relação ao conhecimento. Não cabe a ele, como vimos usualmente, fazer diagnósticos, conhecer medicamentos, patologias e responder a questionários de avaliação comportamental com fim de realizar diagnósticos não presenciais. Trabalhar junto é conhecer suas limitações, sua diferença e então poder conquistar uma intervenção coletiva que efetivamente atue no espaço produzindo mudanças e transformações.